

Mantida a sentença da 2ª Vara da SSJFSA que liberou valores depositados em conta do FGTS de desempregado há mais de dez anos



a Caixa em nenhum momento apresentou tais informações. Logo, o pedido formulado exclusivamente na apelação configura inequívoca inovação recursal e não comporta apreciação pela Corte, sob pena de indevida supressão de instância e ofensa aos princípios constitucionais do de-

vido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Segundo a magistrada, a sentença merece ser confirmada por seus próprios fundamentos, pois nos termos da Lei nº 8.036/90, que dispõe acerca do FGTS, é estabelecido a possibilidade de saque dos valores depositados na conta de FGTS quando seu titular estiver ex-

cluído do regime por mais de três anos ininterruptos. Esse é o caso dos autos. Consoante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do requerente, seu último vínculo empregatício foi extinto em 30/04/1992; não consta dos autos qualquer elemento que permita aferir ter o autor laborado em período posterior ao mencionado, na condição de empregado. A CEF, apesar de se opor ao pedido inicial, não apresentou qualquer elemento capaz de impedir o pleito do requerente.

Por fim, a relatora concluiu que, em atendimento aos princípios constitucionais e aos fins sociais a que a lei se destina, deve-se assegurar o direito constitucional do cidadão à vida e à saúde, autorizando-se a liberação do saldo de FGTS.

A Turma acompanhou o voto da relatora. (Fonte: TRF1)

Publicado novo edital da Série “Justiça Pesquisa”

“Diagnóstico da situação do negro no sistema de Justiça”, “A efetividade da desburocratização do reconhecimento da paternidade sócio afetiva: um estudo de caso sobre o Provimento CNJ 63/2017” e “Ações possessórias e conflitos coletivos” são os campos temáticos contemplados pelo Edital de Convocação Pública 02/2019, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na terça-feira (21/5) para a quarta edição da série “Justiça em Pesquisa”. O objetivo é a contratação de instituições de ensino superior e outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de ensino e pesquisa.

Este é o segundo de uma série de três editais com temas distintos que serão publicados no decorrer do ano para realização de levantamentos que retratem o Poder Judiciário brasileiro.

O primeiro tema, que visa traçar um diagnóstico do negro no sistema de justiça, se enquadra no eixo “Direitos e Garantias Fundamentais”. Já os outros dois temas buscam a produção de levantamentos para avaliação que atendam ao eixo “Políticas Públicas do Poder Judiciário”. As pesquisas são concebidas pelo Departamento de Pesquisas Judiciais (DPJ) do CNJ e os temas definidos pelo Conselho Consultivo da instituição. Os resultados dos levantamentos e os diagnósticos produzidos são usados como subsídios para a formulação de políticas públicas que serão implementadas pelo Poder Judiciário.

Além das pesquisas, os realizadores deverão elaborar propostas de soluções

para os problemas detectados em termos de prestação jurisdicional. O interesse contemporâneo é uma das diretrizes utilizadas pelo CNJ na definição dos temas pesquisados. Os interessados terão até o dia 23 de junho de 2019 para apresentação das propostas. As pesquisas deverão ser desenvolvidas no prazo máximo de 12 meses, a contar da data de assinatura do instrumento específico de contratação. As propostas de pesquisas apresentarão modelo de amostragem que abarque investigação em, pelo menos, seis unidades federativas, sendo que deve ser observada a representatividade de todas as cinco regiões geográficas brasileiras e dos três portes do segmento de justiça, quando aplicável.

Série Justiça Pesquisa - A Série “Justiça Pesquisa” foi concebida pelo DPJ a partir de dois eixos estruturantes complementares entre si: “Direitos e garantias fundamentais” e “Políticas Públicas do Poder Judiciário”. O primeiro eixo está relacionado às liberdades constitucionais e à ampliação efetiva da proteção a essas prerrogativas em todo país. Já o segundo eixo está voltado para questões institucionais de planejamento, gestão de fiscalização de políticas judiciárias a partir de ações e programas que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

A íntegra do edital e outras informações sobre a série Justiça Pesquisa podem ser acessadas no link <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/editais> (Fonte: CNJ)

HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



25/05/09 - Homenagem e despedida em Itabuna

A Subseção Judiciária de Itabuna promoveu, no último dia 19 de maio, uma homenagem ao seu diretor de Secretaria Márcio Martins Menezes que se despede da Subseção para retornar a Salvador após três anos à frente da Direção da Secretaria daquela Vara. O retorno do servidor a Capital se deu em razão de mudança de sua família (esposa e filhas) para Salvador.

Em tom emocionado, a juíza federal da Subseção, Maízia Pamponet, lembrou os laços de amizade com Márcio. Ambos foram colegas nos bancos da faculdade de Direito da UFBA, reencontrando-se, por capricho do destino, na Justiça Federal da Bahia, quando a magistrada convidou-o, há cinco anos, para integrar sua equipe na condição de diretor de Secretaria da 22ª Vara.

A juíza agradeceu o empenho e a dedicação do diretor, que desempenhou brilhantemente seu papel até o último momento de atividade na Subseção, destacando suas qualidades profissionais e pessoais. O juiz federal substituto João Paulo Pirôpo de Abreu, também parabenizou o diretor pelo desempenho e profissionalismo com que conduziu a Secretaria da Vara, desejando sucesso na nova jornada que se inicia em Salvador.

Márcio Menezes agradeceu a surpresa com que foi presenteado, destacando a importância do trabalho em grupo, sem o qual nada do que foi realizado seria possível. Os servidores frisaram que Márcio deixou a sua marca e deixará saudades.

Na oportunidade, foi apresentada a nova diretora de Secretaria, Daniela Dias Soares Malta, que assume a Direção da Vara, com a tarefa de dar continuidade ao bom trabalho que a Subseção vem desenvolvendo.

Aniversariantes

Hoje: Mucio Dias da Cunha (Barreiras), Floripes de Carvalho Feitosa (NUCAF), Jacqueline da Cunha Benevides (Juazeiro), Macio Profeta Oliveira (Barreiras), Claudionor de Souza Filho (NUCJU) e Jéssica Almeida Araújo (Feira de Santana). **Amanhã:** Cláudio Santana dos Santos (Barreiras), Vagner Campelo Menezes Filho (NUCJU), Vanilda Rodrigues dos Santos Silva (Teixeira de Freitas), Andréia Diniz Feitosa (Itabuna) e Renata Silva Ferreira Soares (Itabuna).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/ **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.